A INSTITUIÇÃO MILITAR E O LAÇO SOCIAL

Ana Maria Fabrino Favato
Capitão Psicóloga da PMMG

O laço social é o que permite a articulação do sujeito no campo social, sendo o mediador do individual e coletivo para a garantia da conservação da espécie. Sendo assim, o ser humano vê-se, diariamente, afrontado pela divisão entre sua história pessoal e sua inscrição na história coletiva. Cada história individual vai se inscrever numa verdade histórica, de onde vem a busca de sentido e a necessidade de apoio na sociedade ou nos grupos sociais. A missão do laço social, portanto, é dupla: favorece o recalque e as identificações. O recalque, porque certas representações pulsionais são incompatíveis com as exigências culturais; as identificações, porque permitem a realização do desejo.

Os laços sociais são necessários para humanizar o transbordamento pulsional e organizar a vida individual e social. As neuroses individuais e coletivas serão, o mais frequentemente, o preço a pagar para se evitar a destruição do laço social e do indivíduo e, muito claramente, vemos as instituições ditando regras e vínculos de convivência específicos de seu grupo, na tentativa de manter o laço que une seus integrantes entre si.

Lacan estabelece, no Seminário XVII (1969-1970), as quatro estruturas discursivas fundamentais que sustentam o laço social: o Discurso do Mestre, o Discurso da Histérica, o Discurso do Analista e o Discurso Universitário. “Laço” tem o sentido de vínculo, aliança, mas, também, de armadilha. É, portanto, pela estrutura discursiva que a relação social se dá, mas esta terá, em seu funcionamento, implicações políticas e éticas. Aí está o ardil, a artimanha no trato das relações humanas, pois, segundo o lugar de onde se fala em cada discurso, obtêm-se resultados, efeitos marcantes e nem sempre os mais satisfatórios.

O que seriam, então, as implicações políticas e éticas dos discursos? A política nos traz a perspectiva de inserção na sociedade, no lugar de encontro das pessoas que decidem e escolhem sua forma de convivência. A política é essencialmente social. O destino da cidadania, por exemplo, se decide social e politicamente. Com efeito, a união social não se dá através da relação a dois, mas na relação na qual se verifica o “mais-um” que abre a perspectiva ao social.

O que é esse laço social, estruturado em quatro discursos, que mantém juntos os humanos? Ele é o efeito de uma necessidade lógica que articula um ao outro no desejo. Nenhum sujeito pode subtrair-se a esta lei. Com efeito, a coesão social não encontra seu princípio na relação sexual, que não existe, no dizer de Lacan. Assim, a harmonia e o par entre os humanos são um sonho impossível.¹

O laço social implica, portanto, o particular de cada sujeito em seu discurso, sempre dirigido a um outro. Quer dizer, um indivíduo sozinho não terá existência possível; para viver, ele terá, necessariamente, que levar os outros em consideração. No entanto, o exame dos discursos nos apresenta uma sociedade, um projeto político e uma ética de posse, de dominação e de controle, que constituem, com efeito, um projeto paranóico que produz sintomas e mais sintomas. Por isso, Lacan vai afirmar que as estruturas de discurso, postas em ato na sociedade, constituem o avesso da psicanálise.

O discurso analítico permite a emergência do novo, não traz uma posição de mestria ou de dominação e introduz a falta estrutural que as outras formas discursivas procuram encobrir. Mas elas se encontram também no campo analítico, o que não quer dizer que a psicanálise seja aversa a outros discursos, somente

¹ LEMOINE, Gennie. Uma política da psicanálise ou Lacan político. Capítulos de psicanálise. São Paulo: Biblioteca Freudiana Brasileira, nº 5, p. 5, dez./1988.

se constituiu como o avesso. Todos os discursos estão intrincados onde quer que haja laço social, havendo uma passagem constante de um discurso a outro e o Discurso do Analista não constitui exceção.

É possível, diante dessas colocações, pensar a clínica psicanalítica dentro de uma instituição? Qual ética estará presente e com qual ética o psicólogo deverá responder à demanda institucional?

A inserção da psicanálise em instituições é problemática, mais especificamente, em instituições Militares, com tudo o que elas representam ou estabelecem em termos de laços sociais e estrutura discursiva, ou seja, a exclusão da subjetividade e a produção de sintomas, o que traz, sem dúvida, todo o tipo de conseqüências para o sujeito.

Pretendo agora articular o sintoma institucional específico da Polícia Militar e do órgão que se ocupa da formação universitária da instituição, com os discursos que lhes são pertinentes – o Discurso do Mestre e o Discurso Universitário, respectivamente.

Uma instituição militar, de forma geral, busca eficiência e padronização em suas ações, tenta eliminar as diferenças onde “cada caso” se torna todos os casos e marca seu vínculo social através do Discurso do Mestre. A mestria impõe uma ordem e um saber inteiro, sem falhas e essa articulação produz efeitos. É nesse sentido que podemos perguntar se seria possível a clínica psicanalítica dentro de uma instituição, principalmente, porque, de modo geral, as instituições estabelecem graus de controle sobre o trabalho de seus profissionais, avaliam sua eficácia, falhas e desvios em relação à política de suas doutrinas e, ainda, apresentam demandas próprias a serem atendidas.

No trabalho institucional, nós, profissionais de saúde mental, somos chamados a atuar quando o sintoma da instituição denuncia a falha, o buraco, a divisão que está por baixo de sua política. Somos convocados a atuar como uma clínica ortopédica que sustente o lugar das normas e a correção dos desvios de comportamento para que a falha não apareça. Cobram sempre um discurso e uma prática com a mesma consistência ao modo militar e cabe a nós o encargo de fazer com que esse encontro não seja desastroso. Aí nos deparamos com as dificuldades da inserção da psicanálise na instituição, pois as particularidades do método psicanalítico e de sua ética forçam-nos a dar outra resposta à demanda institucional. Esta levará em conta o sujeito, a condição incurável do sintoma, a ausência de resposta e de um saber completo.

Muitas dificuldades se apresentam quando, pela psicanálise, fazemos nossa presença na instituição. Estamos sustentados pelo Outro institucional - como um de seus representantes - e permanecemos, como nossos pacientes, submetidos às suas normas e regulamentos. Se na clínica psicanalítica não existe o Outro do Outro, o que nos será possível fazer para minimizar a interferência desse Outro que atravessa nossa prática? Penso que é para além dos Quatro Discursos e precisamente pela ética que encontramos razão da presença da psicanálise nas instituições e no mundo. É possível atender à demanda institucional modificando as regras para facilitar o ato do analista.

Quando falamos em discurso, não estamos tratando somente da sustentação de uma fala, mas, sim, de uma atitude, de uma posição que se traduz por uma ética. Cada discurso possui sua ética que lhe é inerente: ética do “bem-estar” para o Discurso do Mestre, do “amor ao próximo” para o da Histórica, do “bem-dizer” para o do Analista e do “belo-dizer” para o Discurso Universitário.

O Discurso do Mestre é o mais antigo, mais estável e mais bem sucedido.

$$\begin{array}{c} \underline{S1} \rightarrow \underline{S2} \\ \$ \quad a \end{array}$$

S1 é o significante Mestre, aquele que agencia o discurso, que ordena, faz agir, por isso ele é designado por Lacan como o Senhor, utilizando a dialética de Hegel. S2, portanto, é o escravo, aquele que trabalha. Assim, há uma lógica nisso, ou seja, um senhor decide por todos ou, um comandante diz por todos os comandados. Como ressalta Freud em *Psicologia das massas e a análise do eu* (1921) a

respeito do exército e da igreja, é necessária certa força externa, uma ordem ou mandamento para evitar alterações em sua estrutura e qualquer tentativa de desarticulação ou abandono terá como efeito punições e perseguições.

Numa Igreja (e podemos com proveito tomar a Igreja Católica como exemplo típico), bem como num exército, por mais diferentes que ambos possam ser em outros aspectos, prevalece a mesma ilusão de que há um cabeça – na Igreja Católica, Cristo; num exército, o comandante-chefe – que ama todos os indivíduos do grupo com um amor igual. Tudo depende dessa ilusão; se ela tivesse de ser abandonada, então tanto a Igreja quanto o exército se dissolveriam, até onde a força externa lhes permitisse fazê-lo.²

A ética do Discurso do Mestre está no laço amoroso que une cada indivíduo a seu mestre e aos outros em nome de um “bem-estar” prometido e de um modelo de identificação oferecido. Modelo, evidentemente, completo, íntegro, inatacável. Freud ressalta que o laço emocional nesses grupos é tão intenso que provoca alterações e limitações na personalidade de seus integrantes.

A farda que o líder ou o comandante porta é o significante S1, à qual todos têm que se identificar sem distância, já que ela se faz presente no próprio corpo do sujeito. É ela que, por um lado, mantém unidos os militares e os faz trabalhar em excesso em nome da pátria, da comunidade e do modelo que representam e, por outro, torna insuportável o gozo³ que é obtido. A solução para o mal-estar que advém do gozo é a passagem ao ato - os distúrbios ou desvios de comportamento como é dito no meio militar. Na passagem ao ato, o sujeito tenta sair da repetição, tenta sair do gozo do S1, mas cai novamente no mesmo ardil, já que na passagem ao ato algo de uma repetição está presente. Repete-se para não lembrar, para não lembrar e ter que se haver com a castração.

O Discurso do Mestre tem, portanto, como produção o gozo, a repetição. A repetição o que é? A repetição é precisamente aquilo que persevera, que não traz o novo, que não possibilita ligações, ou seja, traz a marca da pulsão de morte. E o que franqueia essa repetição, essa identificação ao gozo, é o S1, a farda, para os militares. Há um saber inteiro que determina o lugar excluído do sujeito e do desejo, e que força a todos a corresponder ao que é esperado – ter um bom comportamento, ser um bom soldado. Bom comportamento que só se obtém às custas de muito sacrifício, de muita dor e renúncia.

Lacan em, *O avesso da psicanálise* (1969-1970), vai trazer o Discurso do Mestre como um discurso antigo - primeiro estatuto do discurso do senhor - sendo que o moderno seria alcançado por um movimento regressivo.

UNIVERS.	MESTRE	HISTÉRICA	ANALISTA
<u>S2</u> → <u>a</u>	<u>S1</u> → <u>S2</u>	<u>\$</u> → <u>S1</u>	<u>a</u> → <u>\$</u>
S1 \$	\$ a	a S2	S2 S1

O movimento regressivo instalaria a estrutura do antigo Discurso do Mestre num novo estatuto, encabeçado agora pelo S2, o saber. O novo estatuto do Discurso do Mestre foi chamado por Lacan de Discurso Universitário. A tese desse discurso consiste em que é preciso buscar a mestria, representando, então, a manutenção do discurso do senhor. O movimento progressivo conduziria ao Discurso da Histórica, onde um saber (S2) vai ser produzido pelo próprio sujeito sobre seu sintoma. Ao contrário, o movimento regressivo produz sintoma (\$), pois o saber é imposto como todo. Penso que a estrutura militar não favorece o movimento progressivo, não possibilita o surgimento do sujeito como agente, pois o que é estabelecido é para “todos”, em favor de um corporativismo ou do “espírito de corpo” e não para o que é da ordem do particular.

² SIGMUND, Freud. *Psicologia das massas e a análise do eu*. ESB. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, p. 120, 1976.

³ Conceito psicanalítico que representa as relações do sujeito com o objeto de satisfação do desejo. Esse termo se distingue de seu emprego comum, que confunde gozo com prazer ou a simples descarga de uma tensão sexual. Ele envolve a relação simbólica com o objeto de desejo que pode gerar tanto satisfação quanto insatisfação, prazer ou sofrimento.

Toda política de uma instituição autoritária, marcada pela hierarquia e disciplina, necessita da manutenção do discurso do senhor e de firmar-se na mestria de um “todo-saber”, baseada num modelo identificatório. É o caso das Escolas e Academias Militares e, guardando as diferenças, das Universidades ou qualquer estabelecimento escolar. O universitário é movido por um imperativo categórico que provoca mal-estar, já que a escravidão ao saber fica escancarada. O aluno é tomado como objeto do saber universitário, que acaba por sair dividido no momento da formatura, um sujeito angustiado com o saber totalizante.

Esse é o momento em que o aluno/cadete recorre ao atendimento psicológico para aliviar seu mal-estar ou questionar sua posição diante de seu sintoma neurótico, e essa pode ser uma boa saída, mas também pode ser a ocasião de se resvalar na montagem perversa. Quando a posição neurótica se torna insuportável, a montagem perversa é um alívio, porque não se está sozinho nessa operação, há uma certa cumplicidade, o envolvimento do outro na montagem.

O movimento de rotação dos discursos continua, portanto, num quarto de volta novamente regressivo. Estaremos, então, diante do Discurso do Analista, só que às avessas, porque perverso. Caímos no objeto a como agente, como instrumento de gozo e o sujeito tendo o saber sobre o bom uso desse instrumento em ato: $a \rightarrow \$$

S1

O que mais me interessa na questão das perversões não é tanto a estrutura perversa, que, evidentemente, é pouco comum, mas a facilidade com a qual o neurótico se prende em formações perversas. Eu diria mesmo que a formação perversa é o núcleo da nossa vida social, da vida social do neurótico, pela razão que dizia antes: o fantasma perverso aparece como o único no qual, prontamente, o lado do sujeito tem já pelo menos dois lugares. A que outro título os neuróticos poderiam manter-se juntos, a não ser no fantasma perverso? ⁴

Calligaris diz que no fantasma perverso encontramos a posição fálica de sujeito e a posição objetal, “por isso a perversão é “semblant” de relação possível”.⁵ Não há separação entre sujeito e objeto, o encontro é possível. O perverso sempre está em ato, colocando-se como instrumento para fazer o Outro gozar. O gozo institucional está em fazer a montagem funcionar e, como ressalta Freud em *Psicologia das massas e a análise do eu* (1921), essa engrenagem não pode ser desarticulada.

Via de regra, a pessoa não é consultada ou não tem escolha sobre se deseja ou não ingressar em tal grupo; qualquer tentativa de abandoná-lo se defronta geralmente com a perseguição ou severas punições, ou possui condições inteiramente definidas a ela ligadas.⁶

Condições que protegem a dissolução do grupo a todo custo e em que as normas, regras, padronização da farda e do comportamento asseguram a cumplicidade nas ações de seus integrantes. Na transferência, o perverso terá duas maneiras de se apresentar: no registro da cumplicidade, como se estivéssemos com ele no mesmo fantasma, e no registro do desafio, pois ele é que sabe como nos fazer gozar. O laço social estabelecido a partir daí será no sentido de repartir e compartilhar os lugares de instrumento e de saber e de autorizar um gozo sem entraves.

O neurótico sonha em ser perverso, eu disse. É preciso dizer um pouco mais: ele está pronto a aceitar quase tudo para aceder à montagem perversa, para chegar a uma modalidade mais tranqüila de gozo. Ele está pronto até a abandonar sua singularidade, ao ponto de aceitar perseguir um gozo do Outro, o que é um artefato.⁷

⁴ CALLIGARIS, Contardo. *Perversão—Laço social?* Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, p. 13, 1986.

⁵ CALLIGARIS, Contardo. *Op. Cit.*, p. 12.

⁶ FREUD, Sigmund. *Op. Cit.*, p. 119.

⁷ CALLIGARIS, Contardo. *Op. Cit.*, p. 14.

Artefato significa produto da indústria, isto é, toda estrutura observada que não é natural, e sim produto de manipulações. Freud chama o Exército e a Igreja de grupos não naturais, devido, como foi dito, à força extrema que se exige para manter unidos seus integrantes. O civil que ingressa na PM ganha nova identidade, novo número, novo nome e a condição de pertencer a um grupo forte e seguro. O gozo obtido está na montagem que nada persegue senão o seu próprio funcionamento. O que está em jogo na acumulação do gozo é o *capital social*, ou seja, valores morais, éticos, religiosos, da honra policial-militar que sustentam os laços daquele grupo e que não podem jamais serem maculados. Podemos interrogar os fenômenos sociais ou mesmo as instituições como uma saída para a neurose, como uma forma de não permanecer no conflito. Podemos pensar que as pessoas entram numa comunidade, ou num sistema totalitário seduzidos por uma engrenagem perversa que lhes trará benefícios que não têm preço.

REFERÊNCIAS

- CALLIGARIS, Contardo. *Perversão – Laço social?* Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.
- FAVATO, Ana Maria Fabrino. *O que esperam de nós os militares? Vorstellung.* Belo Horizonte: GREP, Ano 1, nº 1, out./1997.
- FAVATO, Ana Maria Fabrino. MAIA, Maria Emilia Oliveira. *Sobre os Discursos. Estudos de psicanálise.* Belo Horizonte: CBP, n. 21, set./1998.
- FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e a análise do eu. SEB.* Rio de Janeiro: Imago, v. VXIII, 1976.
- GOLDENBERG, Ricardo (Org.). *Goza! Capitalismo, globalização, psicanálise.* Salvador: Ágalma, 1997.
- JURANVILLE, Alain. *Lacan e a filosofia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- LACAN, Jacques, *Televisão.* Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. O avesso da psicanálise. In: *O seminário. Livro 17.* Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LAURENT, Eric. *Lacan y los discursos.* Buenos Aires: Manantial, 1992.
- LEMOINE, Gennie. *Uma política da psicanálise ou Lacan político. Capítulos de psicanálise.* São Paulo: Biblioteca Freudiana Brasileira, n.5, dez./1988.
- MILLER, Jacques-Alain. *Salud mental y orden público.* Revista *Uno por Uno*, set./nov. 1993.
- _____. Jacques-Alain. *Psicoterapia y psicoanálisis. Registros.*